

SUMÁRIO

Parte 01

INTRODUÇÃO: A ERA DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CONTEXTO HISTÓRICO E A EVOLUÇÃO DAS LEGISLAÇÕES DE PRIVACIDADE 29

Ana Rita Bibá e Patrícia Rossi

1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PRIVACIDADE..... 29
2. A CONSAGRAÇÃO INTERNACIONAL DA PRIVACIDADE 31
3. A TRAJETÓRIA EUROPEIA: DA DIRETIVA 95/46 AO GDPR 34
4. O PERCURSO NORMATIVO BRASILEIRO: DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 À LGPD 37
5. O MOVIMENTO REGULATÓRIO LATINO-AMERICANO: REFORMAS EM CURSO E MATURAÇÃO NORMATIVA 40
6. DA PRIVACIDADE À PROTEÇÃO DE DADOS: CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA E PROJEÇÃO GLOBAL..... 42

O IMPACTO DA CRESCENTE DEPENDÊNCIA DE DADOS EM UM MUNDO HIPERCONECTADO 45

Gabriela Silveira Bueno dos Santos e Lucas Mendes do Nascimento

- INTRODUÇÃO 45
1. A HIPERCONNECTIVIDADE COMO VETOR DA DEPENDÊNCIA DE DADOS: NOVAS TECNOLOGIAS E APLICAÇÕES..... 48
2. OS IMPACTOS DA DEPENDÊNCIA DE DADOS..... 56
 - 2.1. Violação ao direito fundamental à privacidade 56
 - 2.2. Vigilância e manipulação..... 57
 - 2.3. Discriminações e vieses 58
 - 2.4. Segurança e exposição indevida de dados..... 59
3. RESPOSTAS REGULATÓRIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS 60
- CONCLUSÃO 64

A CONVERGÊNCIA ENTRE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CENÁRIO GLOBAL 67

Tatyana Patricia Lima Uchida e Flávia Oliveira Gonçalves

1. INTRODUÇÃO	67
2. FILOSOFIA, TECNOLOGIA E PRIVACIDADE	68
2.1. As transformações tecnológicas e seu impacto na sociedade líquida: uma perspectiva Baumaniana	68
2.2. Privacidade e vigilância na era digital: as contribuições de Daniel Solove	71
3. CONVERGÊNCIA ENTRE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS: BREVE ANÁLISE COMPARATIVA.....	73
3.1. A Legislação Brasileira: LGPD, EC 115/2022 e a Regulação da Inteligência Artificial	73
3.2. O Marco Regulatório Europeu: GDPR e os Direitos Digitais.....	75
3.3. O Modelo Norte-Americano: Entre Inovação e Regulação.....	76
4. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	79
4.1. Risco Algorítmico, Dignidade Humana e a Fluidez da Identidade na Era da IA.....	79
4.2. Regulação da IA na União Europeia: Salvaguardas à Dignidade e aos Direitos Fundamentais	80
5. GOVERNANÇA GLOBAL DA TECNOLOGIA: PERSPECTIVAS E LIMITES.....	81
5.1. A Fragmentação da Regulação Digital e os Desafios da Soberania de Dados	81
5.2. Iniciativas Multilaterais e a Luta por Equilíbrio na Regulação Global.....	83
6. CONCLUSÃO	84

Parte 02

DIREITO DIGITAL: FUNDAMENTOS E ASPECTOS PROCESSUAIS

DIREITO DIGITAL COMO CAMPO EMERGENTE: CONCEITO E ESCOPO 89

Camilla Jimene e Marcelo Egidio de Oliveira Carvalho

1. INTRODUÇÃO	89
2. PANORAMA HISTÓRICO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DIGITAL	91
3. CONCEITUAÇÃO DE DIREITO DIGITAL	99
4. ESCOPO DO DIREITO DIGITAL	100
5. DESAFIOS ATUAIS E TENDÊNCIAS	101
6. CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS	104

PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS: DESAFIOS E REGULAMENTAÇÃO 105

Marina de Oliveira e Costa

INTRODUÇÃO	105
1. A PROVA DIGITAL	106
1.1. Os diferentes meios de prova digital	107
2. DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS	110
3. A PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	111
3.1. Previsão constitucional	111
3.2. O Código de Processo Civil	112
3.3. Lei de Interceptação	113
3.4. Marco Civil da Internet	114
3.5. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	114
4. PERSPECTIVAS REGULATÓRIAS	115
4.1. O Anteprojeto do novo Código Civil	116
4.2. Inteligência artificial	117
5. JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA SOBRE PROVAS DIGITAIS	118
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	120

COMO OS TRIBUNAIS ESTÃO LIDANDO COM INCIDENTES ENVOLVENDO DADOS PESSOAIS..... 123

Guilherme Gueiros de Freitas Barbosa e Nina Ramalho Pinheiro

1. INTRODUÇÃO	123
2. INCIDENTES ENVOLVENDO DADOS PESSOAIS: DEFINIÇÕES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	124

3. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AGENTES DE TRATAMENTO	126
3.1. O que dizem os precedentes do STJ	128
4. RESPONSABILIDADE CRIMINAL DOS AGENTES DE TRATAMENTO: UMA ANÁLISE DO CASO DO EX-CISO DA UBER	134
5. CONCLUSÃO	140

Parte 03

CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNDO DIGITAL: RISCOS E PROTEÇÃO A PROTEÇÃO LEGAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET: MARCOS REGULATÓRIOS E DESAFIOS	145
--	------------

Alessandra Borelli e Kelli Angelini

INTRODUÇÃO	145
1. FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO LEGAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET	147
1.1. Princípio do melhor interesse da criança	147
1.2. Prioridade absoluta	147
1.3. Condição peculiar de pessoa em desenvolvimento	148
1.4. Proteção integral.....	148
2. MARCOS REGULATÓRIOS NACIONAIS.....	149
2.1. Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente.....	149
2.2. Marco Civil da Internet.....	150
2.3. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	150
2.4. Resolução 245 do CONANDA.....	151
2.5. Projeto de Lei nº 2628/2022	152
2.6. Outros marcos regulatórios nacionais	153
3. MARCOS REGULATÓRIOS INTERNACIONAIS.....	154
3.1. Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU)	154
3.2. <i>Digital Services Act</i> (DSA) europeu.....	155
3.3. <i>Online Safety Act</i> do Reino Unido (2023).....	156
3.4. Regulamentações na França (2023-2024)	157
3.5. Iniciativas nos Estados Unidos	157

3.6. Diretrizes da OCDE (2024-2025).....	159
3.7. Outras iniciativas internacionais	159
4. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA UMA PROTEÇÃO EFICAZ	160
4.1. Desafios jurídicos e regulatórios	160
4.1.1. Verificação de idade eficaz.....	160
4.1.2. Jurisdição e aplicação transfronteiriça.....	161
4.1.3. Consentimento parental e autonomia progressiva.....	162
4.1.4. Responsabilidade das plataformas	162
4.2. Desafios técnicos	164
4.2.1. Segurança por <i>design</i> (<i>safety by design</i>).....	164
4.2.2. Moderação de conteúdo	164
4.2.3. <i>Design</i> apropriado para idade.....	165
4.3. Desafios sociais e educacionais	165
4.3.1. Educação digital.....	165
4.3.2. Desigualdade de acesso	166
4.3.3. Equilíbrio entre proteção e desenvolvimento.....	167
4.4. Desafios de implementação e fiscalização	167
4.4.1. Capacidade institucional.....	167
4.4.2. Avaliação de impacto e efetividade	168
4.4.3. Participação multissetorial	168
5. ECOSSISTEMA REGULATÓRIO	169
5.1. Harmonização do ecossistema regulatório	169
5.2. Educação digital e o equilíbrio entre proteção e desenvolvimento	170
CONCLUSÃO	171
REDES SOCIAIS, JOGOS <i>ONLINE</i> E PUBLICIDADE DIGITAL DIRIGIDA: LIMITES ÉTICOS E LEGAIS.....	173
<i>Maria Mello e Samidy Reis Ribeiro</i>	
TRATAMENTO DE DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE DIGITAL: ABORDAGENS PARA A GARANTIA DE DIREITOS.....	187
<i>Helena Dominguez Paes Landim Bianchi</i>	
INTRODUÇÃO	187

1. AFINAL, DE QUAIS DIREITOS ESTAMOS FALANDO?.....	189
1.1. Crianças e Adolescentes Como Sujeitos de Direito à Privacidade.....	190
1.2. Compreendendo o Princípio do “Melhor Interesse” para a Garantia de Direitos	192
2. PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES REGULATÓRIAS DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	193
2.1. Classificação de Risco do Tratamento de Dados de Crianças e Adolescentes	194
2.2. Fiscalização do Tratamento de Dados de Crianças e Adolescentes	195
3. POSSÍVEIS ABORDAGENS PARA GARANTIA DE DIREITOS	196
3.1. Ferramentas e diretrizes para garantias de direitos	198
3.2. <i>Checklist</i> prático para abordagem de garantia de direitos.....	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203

Parte 04

REGULAMENTAÇÃO GLOBAL DE PRIVACIDADE: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

COMPARAÇÃO ENTRE GDPR, LGPD, CCPA E OUTRAS NORMAS DE PRIVACIDADE	207
---	------------

Tiago Neves Furtado e Daniela Henrique do Valle

1. INTRODUÇÃO	207
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	208
3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	210
4. BASES LEGAIS QUE LEGITIMAM O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	212
5. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS.....	216
6. INCIDENTES DE SEGURANÇA.....	218
7. PENALIDADES	221
8. CONCLUSÃO	223

DESAFIOS DE COMPLIANCE EM UM CENÁRIO DE LEGISLAÇÕES CONFLITANTES	225
---	------------

Ricardo Nery

INTRODUÇÃO	225
------------------	-----

1. O CENÁRIO GLOBAL DA PROTEÇÃO DE DADOS: UM MOSAICO DE LEGISLAÇÕES EM CONSTANTE EVOLUÇÃO.....	228
2. A FRAGMENTAÇÃO LEGISLATIVA: UM DESAFIO CRESCENTE	230
3. ESTRATÉGIAS PARA NAVEGAR NO LABIRINTO REGULATÓRIO: CONSTRUINDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE ROBUSTO EM UM MUNDO DE LEIS CONFLITANTES.....	233
3.1. Centralização da governança de dados: unindo as peças do quebra-cabeça da conformidade.....	235
3.2. Casos práticos e exemplos: navegando nos desafios concretos da proteção de dados.....	236
3.2.1. Cookies e o dilema do consentimento.....	236
3.2.2. Metaverso e a territorialidade fluida.....	236
3.2.3. Atendimento aos direitos dos titulares.....	237
3.2.4. Transferência internacional de dados e cláusulas-padrão contratuais	238
3.2.5. O futuro da proteção de dados: rumo à harmonização em um mundo hiperconectado.....	238
3.2.6. Navegando rumo a um futuro de privacidade harmonizada e confiança digital.....	239

Parte 05

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PRIVACIDADE: POR UM FUTURO ÉTICO E SEGURO	
PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS REGULATÓRIOS, DADOS DE TREINAMENTO E A PROTEÇÃO DO CONTEÚDO GERADO.....	243

Marcos Gomes da Silva Bruno e Bruno Blum Fonseca

INTRODUÇÃO.....	243
1. REGULAÇÃO DA IA E SEUS IMPACTOS NA PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	244
2. DADOS DE TREINAMENTO E PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	250
2.1. O problema jurídico do uso de obras protegidas no treinamento de IA.....	250
2.2. Modelos de compensação e remuneração de criadores.....	253
3. PROTEÇÃO DO CONTEÚDO GERADO	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	261

IMPACTOS DA IA GENERATIVA NA PRIVACIDADE E NA SEGURANÇA DE DADOS .. 263

Camila de Araújo Guimarães e Felipe Passos Bresciani

1. INTRODUÇÃO	263
2. A RELAÇÃO ENTRE DADOS PESSOAIS E POTENCIAIS DANOS A DIREITOS INDIVIDUAIS	265
2.1. Potenciais danos decorrentes da coleta e uso massivo de dados pessoais.....	266
2.2. Dificuldade no cumprimento de todos os requisitos das legislações de proteção de dados pessoais	268
3. O USO CONSTANTE E OSCURO DE DADOS PESSOAIS EM SISTEMAS DE IA	271
4. DESAFIOS PARA GARANTIA DOS DIREITOS DOS TITULARES EM SISTEMAS DE IA	276
5. CONCLUSÃO: O PODER DO LETRAMENTO.....	280

Parte 06

JUSTIÇA E MODERAÇÃO ALGORÍTMICA: ENTRE EQUIDADE E GOVERNANÇA

ARQUITETURA DA EQUIDADE: COMO CONSTRUIR SISTEMAS DE IA JUSTOS ... 285

Alexandre Pacheco da Silva

INTRODUÇÃO: GLITCHES DA JUSTIÇA – COMO O ALGORITMO REPRODUZ (OU CORRIGE) A DESIGUALDADE	285
1. O CASO PYMETRICS: ENTRE A PROMESSA DA EQUIDADE E OS LIMITES DO DESIGN ALGORÍTMICO	288
2. FAIRNESS E O PROBLEMA DO ALINHAMENTO ENTRE IA E VALORES HUMANOS	292
3. EQUALITY BY DESIGN: CONSTRUINDO E AUDITANDO A JUSTIÇA ALGORÍTMICA	297
CONCLUSÃO: FAIRNESS EM CONSTRUÇÃO – POR UMA ARQUITEURA ÉTICA DA IA	300
REFERÊNCIAS	301

GOVERNANÇA E MODERAÇÃO DE CONTEÚDO NAS REDES SOCIAIS 303

Juliano Maranhão, Marco Almada e João Navas

INTRODUÇÃO	303
1. RISCOS E DANOS NO AMBIENTE VIRTUAL DAS REDES SOCIAIS	305

2. MODERAÇÃO DE CONTEÚDO E OS LIMITES DA AUTOMAÇÃO	310
3. MODERAÇÃO DE CONTEÚDO E TRANSPARÊNCIA	315

Parte 07

PRIVACIDADE E SAÚDE DIGITAL: ENTRE DADOS SENSÍVEIS E INOVAÇÃO O USO DE DADOS EM DISPOSITIVOS VESTÍVEIS E APLICATIVOS DE SAÚDE.....	323
---	------------

Fabiani Oliveira Borges

1. INTRODUÇÃO	323
2. PANORAMA DAS TECNOLOGIAS	325
2.1. Natureza dos dados coletados.....	328
2.2. Finalidades do tratamento pelos dispositivos e aplicativos	329
3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DESAFIOS.....	331
4. ANÁLISE PRÁTICA: GOVERNANÇA DE DADOS, DE DADOS PESSOAIS E DE IA	336
5. IMPACTO NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	340

BIG DATA NA SAÚDE E USO DE DADOS EM PESQUISAS CLÍNICAS: A PROTEÇÃO DOS DADOS SENSÍVEIS EM UM AMBIENTE DE CRESCENTE DIGITALIZAÇÃO ...	343
---	------------

Caroline Guandalini de Rocabado e Fernanda Tudor

1. A ERA DOS DADOS NA SAÚDE	343
2. CONTEXTO REGULATÓRIO BRASILEIRO E INTERNACIONAL	345
3. DESAFIOS EM PRIVACIDADE.....	353
4. CONCLUSÃO	358

Parte 08

PRIVACIDADE EM REDES SOCIAIS E RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS A RESPONSABILIDADE DAS REDES SOCIAIS NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	363
--	------------

Thamara Consul Gavazza

INTRODUÇÃO	363
------------------	-----

1. PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS.....	365
2. DADOS PESSOAIS E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	367
2.1. Dados Pessoais	367
2.2. Tratamento de Dados Pessoais	368
3. RESPONSABILIDADE DAS REDES SOCIAIS NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	368
3.1. Fundamentos da Responsabilidade das Redes Sociais	369
3.2. A Dimensão da Responsabilidade Civil e a Busca pela Reparação Efetiva de Danos aos Titulares.....	371
3.3. Estudo de Caso Conciso: ANPD vs. Meta Platforms	373
4. A EXPOSIÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM REDES SOCIAIS: UMA REALIDADE (IN)CONSCIENTE?	376
4.1. O “Paradoxo da Privacidade” e as Consequências Socioculturais da (In)Consciência Digital	377
CONCLUSÃO	378

REGULAMENTAÇÃO E RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS POR CONTEÚDOS PUBLICADOS POR TERCEIROS..... 381

Jayme Borges Domingues Neto

INTRODUÇÃO	381
1. A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO MCI E AS IMPLICAÇÕES DO ART. 19 NA MODERAÇÃO DE CONTEÚDO	384
1.1. Linha do tempo do desenvolvimento do MCI.....	384
1.2. Implicações do art. 19 para a moderação de conteúdo	386
2. CRÍTICAS E ARGUMENTOS FAVORÁVEIS AO REGIME DE RESPONSABILIDADE ESTABELECIDO PELO MCI	387
2.1. Críticas ao regime atual	388
2.1.1. Incentivos econômicos e atuação ativa das plataformas	388
2.1.2. Impacto da demora na remoção de conteúdos e excesso de judicialização	389
2.1.3. Riscos sociais e a omissão regulatória no ambiente digital ...	390
2.1.4. A falácia da neutralidade e a blindagem das plataformas	390
2.1.5. Exceções já previstas no MCI e caminhos para sua ampliação	391

2.2. Argumentos favoráveis ao regime atual	392
2.2.1. Liberdade de expressão, inovação e previsibilidade regulatória	392
2.2.2. Devido processo legal e prevenção de remoções arbitrárias.	393
2.2.3. A neutralidade dos intermediários e os limites da responsabilidade.....	393
2.2.4. Risco de instrumentalização e desequilíbrio na moderação..	394
2.3. Balanço dos argumentos e desafios para a evolução do regime jurídico	395
3. O DEBATE SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: TEMAS 987 E 533	395
3.1. Síntese dos votos proferidos pelos Ministros do Supremo.....	396
3.2. O que revelam os votos dos ministros do STF?	400
CONCLUSÃO	401

Parte 09

TECNOLOGIAS FUTURAS E PRIVACIDADE NO COTIDIANO

COMO LIDAR COM NOVAS TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS QUE DESAFIAM OS MODELOS TRADICIONAIS DE REGULAÇÃO	405
---	------------

Diogo Manganelli

1. INTRODUÇÃO	405
2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, OPACIDADE ALGORÍTMICA E NOVAS TECNOLOGIAS.....	407
3. REGULAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E ASPECTOS GEOPOLÍTICOS ASSOCIADOS	410
4. A REGULAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E O RISCO DE DESATUALIZAÇÃO CONSTANTE	415
CONCLUSÃO.....	418

PERSONALIZAÇÃO EXTREMA EM APLICATIVOS: INOVAÇÃO OU INVASÃO?.....	421
---	------------

Myreilla Aloia e Giulia Cruz

1. INTRODUÇÃO	421
2. A LINHA TÊNUE ENTRE INOVAÇÃO E INVASÃO DE PRIVACIDADE.....	423
3. NÃO INVASÃO, MAS PERSONALIZAÇÃO.....	424

4. RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA ENTRE ORGANIZAÇÕES E USUÁRIOS	426
5. USO DE DADOS COMO ESTRATÉGIA DE MARKETING	428
6. BENEFÍCIOS DA PERSONALIZAÇÃO DE APLICATIVOS	429
6.1. Melhor experiência de usuário (UI/UX)	429
6.2. Otimização de tempo	430
6.3. Eficiência e Conveniência	431
6.4. Crescimento de negócios e Fidelização	432
7. DESVANTAGENS E POSSÍVEL INVASÃO DE PRIVACIDADE ORIUNDA DA PERSONALIZAÇÃO DE APLICATIVOS	433
7.1. Custo de Desenvolvimento e Manutenção	433
7.2. Escalabilidade e Adaptação para Diferentes Nichos	434
7.3. Falhas de Segurança e Possível Invasão de Privacidade	434
8. CONCLUSÃO	436
REFERÊNCIAS	437

DEX E OS DESAFIOS (E OPORTUNIDADES) DA INOVAÇÃO ÉTICA NO AMBIENTE DE TRABALHO 439

Vinicius Muynarski

1. INTRODUÇÃO	439
2. COMPREENDENDO O <i>DIGITAL EMPLOYEE EXPERIENCE</i> (DEX)	441
3. A INOVAÇÃO ÉTICA NO CERNE DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	444
4. DESAFIOS DA INOVAÇÃO ÉTICA NO AMBIENTE DE TRABALHO DIGITAL	445
5. OPORTUNIDADES GERADAS PELA SINERGIA ENTRE DEX E INOVAÇÃO ÉTICA	448
6. ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUIR UM DEX ÉTICO E INOVADOR	450
7. CONCLUSÃO	453

Parte 10

PRIVACIDADE E A ASCENSÃO DA SOCIEDADE DE VIGILÂNCIA

CÂMERAS INTELIGENTES E RECONHECIMENTO FACIAL: EQUILIBRANDO PRIVACIDADE E SEGURANÇA EM TEMPOS DE IA 457

Fernando Tasso

1. INTRODUÇÃO	457
---------------------	-----

2. BIOMETRIA E SUA UTILIZAÇÃO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO	458
2.1. Conceituação e fundamentos técnicos da biometria.....	458
2.2. Utilização da biometria pelo setor público.....	459
2.2.1. Sistema de concessão de benefícios previdenciários.....	459
2.2.2. Vigilância urbana inteligente: o caso Smart Sampa	460
2.3. Utilização da biometria pelo setor privado	461
2.3.1. Estádios inteligentes e autenticação de frequentadores.....	461
3. RISCOS DO USO DA BIOMETRIA E IMPACTO NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	462
3.1. Biometria e seus riscos. Vetores e vulnerabilidades	462
3.2. Direitos fundamentais em risco.....	464
4. PERSPECTIVA REGULATÓRIA	466
4.1. O alinhamento regulatório entre a LGPD e o PL 2.338/23, a Lei Geral da IA	466
5. CONCLUSÃO	470

MONITORAMENTO EM ESPAÇOS PRIVADOS: LIMITES ÉTICOS, JURÍDICOS E IMPACTOS NA PRIVACIDADE..... 473

Marcelo Crespo

1. INTRODUÇÃO	473
2. ESPAÇO PRIVADO, PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA: CONCEITOS E CONTEXTO	475
3. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA PRIVACIDADE NO BRASIL	478
4. LIMITES LEGAIS AO MONITORAMENTO PRIVADO: JURISPRUDÊNCIA E CASUÍSTICA	482
5. PERSPECTIVA INTERNACIONAL: GDPR E CEDH COMO PARÂMETROS	489
6. IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA VIGILÂNCIA EM ESPAÇOS PRIVADOS	493
CONCLUSÃO	496

Parte 11

GOVERNANÇA DIGITAL E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

DESAFIOS DA CONFORMIDADE REGULATÓRIA PARA DIFERENTES PERFS DE EMPRESAS..... 501

Manuella Filadoro e Ana Filadoro

INTRODUÇÃO	501
------------------	-----

1. CONCEITO DE CONFORMIDADE REGULATÓRIA.....	503
2. PANORAMA REGULATÓRIO BRASILEIRO EM PROTEÇÃO DE DADOS E TECNOLOGIAS EMERGENTES	505
3. DESAFIOS GERAIS PARA A CONFORMIDADE EM PRIVACIDADE E TECNOLOGIAS DIGITAIS	507
3.1. Complexidade e Abstração Normativa.....	507
3.2. Evolução Tecnológica Acelerada.....	508
3.3. Cultura Organizacional e Maturidade em Governança	508
3.4. Multiplicidade de Fontes Normativas.....	509
3.5. Necessidade de Capacitação Técnica e Jurídica	509
4. DESAFIOS POR PERFIL DE EMPRESA: ANÁLISE COMPARATIVA	509
4.1. <i>Startups</i>	510
4.2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	510
4.3. Grandes Empresas Nacionais.....	511
4.4. Grupos Multinacionais	512
4.5. Tabela Comparativa: Desafios por Perfil de Empresa	512
5. BOAS PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PROPORCIONAIS DE CONFORMIDADE	513
5.1. Avaliação de Riscos como Ponto de Partida	513
5.2. Governança Responsiva e Multidisciplinar	514
5.3. Documentação e Transparência.....	514
5.4. Treinamento e Cultura Organizacional.....	515
5.5. Monitoramento Contínuo e Atualização Normativa.....	515
6. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS	516
INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE PRIVACIDADE...	519
<i>Ana Paula Canto de Lima e Oscar Valente Cardoso</i>	
INTRODUÇÃO	519
1. A PERSONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	522
2. A DIVERSIDADE DE USUÁRIOS E A NECESSIDADE DE PADRONIZAÇÃO	524
3. DIFICULDADES NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE PRIVACIDADE ACESSÍVEIS	526
4. PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE PRIVACIDADE INCLUSIVAS	530

4.1. Diretrizes para uma Política de Privacidade inclusiva para serem utilizadas internamente pelas empresas.....	533
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	535
A PROTEÇÃO DE DADOS COMO PILAR ESTRATÉGICO PARA A SEGURANÇA E O CRESCIMENTO NOS NEGÓCIOS.....	537
<i>Everson Probst</i>	
INTRODUÇÃO.....	537
1. INTEGRAÇÃO PRÁTICA DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE	538
2. A INOVAÇÃO IMPULSIONADA POR SEGURANÇA	541
3. GESTÃO PROATIVA DOS RISCOS CIBERNÉTICOS	544
4. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA E CONFIANÇA NO MERCADO	546
5. CASOS DE USO RELEVANTES	548
CONCLUSÃO	550
REFERÊNCIAS.....	551

Parte 12

O FUTURO DA PRIVACIDADE: CENÁRIOS E POSSIBILIDADES

PROJEÇÕES SOBRE LEGISLAÇÕES FUTURAS E SUA INTERAÇÃO COM A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	555
<i>Renato Opice Blum e Guilherme Guimarães Vieira</i>	
REFERÊNCIAS.....	570

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PRIVACIDADE: DIMENSÕES E DESAFIOS..... 573

Ana Carolina Reis

1. O QUE É PRIVACIDADE E ONDE ESTAMOS	573
2. COMO SURTIU E SE EXPANDIU	574
3. DIMENSÕES DA PRIVACIDADE	575
4. FATORES QUE DESAFIAM A PRIVACIDADE	579
5. PRINCIPAIS DESAFIOS.....	586
6. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	589